CEDI

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Diário do Gde ABC

CLASS. : 1156

DATA : 12 02 89

PG. : C-1

Áreas indígenas ocupadas de boa-fé serão indenizadas

Da AE

A indenização de benfeitorias edificadas em áreas indígenas, instituída pelo artigo 231 da Constituição, já está regulamentada. Agora, as pessoas que ocuparam de *boa fé* as terras dos índios e construíram ali seu patrimônio terão direito à indenização. O governo só pagará as benfeitorias, pois a terra é de propriedade da União.

Até antes da promulgação da Nova Constituição, a indenização de benfeitorias só era paga em casos de conflito entre índios e posseiros. A nova Carta criou o direito à indenização, mas só depois de constatada, através de sindicância, que o ocupante agiu de *boa-fé*.

“Apenas 10% do total de áreas indígenas no País não possuem problemas fundiários” — afirma o chefe da Divisão Fundiária da Fundação Nacional do Índio, José Jayme Mancin. Com a indenização de benfeitorias, Mancin acredita que será possível amenizar os conflitos nas terras indígenas. O preço da indenização é a média das tabelas de financiamento praticadas por órgãos governamentais para o custeio agrícola.

Segundo a portaria da Funai, que regulamentou a indenização, o pedido será indeferido quando ficar clara a existência de *má-fé* do ocupante ao tomar posse das terras dos índios com violência, clandestinamente e, mesmo sabendo que a área é dos índios, entre outros.